

**DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS EM MARINGÁ/PR: ANÁLISE DA
EXPANSÃO URBANA NAS GLEBAS RIBEIRÃO MORANGUEIRO E
RIBEIRÃO SARANDI**

**SOCIO-SPATIAL INEQUALITY IN MARINGÁ/PR: ANALYSE OF URBAN
EXPANSION IN THE RIBEIRÃO MORANGUEIRO AND
RIBEIRÃO SARANDI GLEBES**

Kelly Cristina RIGOLDI¹
Valéria LIMA²

Resumo: A expansão urbana, principalmente após a segunda metade do século XX, ocorreu de maneira acelerada, desencadeando uma série de problemas sociais e ambientais. Com o aumento populacional nas cidades e a falta de infraestrutura necessária, as desigualdades socioespaciais se tornaram cada vez mais visíveis e acentuadas. Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo apresentar a análise do processo de expansão urbana de Maringá nas glebas Ribeirão Morangueiro e Ribeirão Sarandi, a partir da ótica da produção desigual do espaço urbano, a qual compõe um cenário de desigualdade socioespacial na cidade. A partir dos dados de liberação de loteamentos fornecidos pela Prefeitura Municipal de Maringá e de análises multitemporais, foi possível identificar que a expansão urbana na cidade se consolidou de maneira segregacionista, característica essa que ocorreu desde o plano inicial da cidade. Nesse contexto a área de estudo localiza-se em uma área de exclusão social, destinada a população de baixa renda, com ausência de infraestrutura adequada para a população.

Palavras-chave: Desigualdade Socioespacial; Expansão Urbana; Geografia; Exclusão Social.

Abstract: Urban expansion, especially after the second half of the 20th century, occurred at an accelerated pace, triggering a series of social and environmental problems. With the increase of cities population and the lack of necessary infrastructure, socio-spatial inequalities have become increasingly visible and accentuated. In this sense, this article aims to present the analysis of the urban expansion process of Maringá in the Ribeirão Morangueiro and Ribeirão Sarandi glebes, from the perspective of the unequal production of urban space, which makes up a scenario of socio-spatial inequality in the city. Based on the data released of subdivisions provided by the Municipality of Maringá and from multitemporal analyses, it was possible to identify that urban expansion in the city was consolidated in a segregationist way, a characteristic that occurred since the initial plan of the city. In this context, the study area is located in an area of social exclusion, aimed at the low-income population, with a lack of adequate infrastructure for the population.

Keywords: Socio-spatial Inequality; Urban Expansion; Geography; Social Exclusion.

¹ Doutoranda e Mestre em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM); E-mail: kellyrigoldi@gmail.com.

² Doutora e Mestre (UNESP); Professora dos cursos de graduação e pós graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) na área de cartografia e geoprocessamento do Departamento de Geografia; E-mail: vlima@uem.br.

Introdução

A configuração da população brasileira passou por inversões de rural para urbana, principalmente a partir da década de 1970. Um dos fatores que corroboraram para isso foi a modernização da agricultura que aconteceu a partir do ano de 1960 e que resultou na migração de parte da população do campo para as cidades.

Em muitos casos, o crescimento urbano não foi acompanhado de uma infraestrutura adequada e em decorrência da produção do espaço urbano sob a ótica do sistema capitalista, acentuou-se as desigualdades socioespaciais, considerando que o acesso a serviços e equipamentos, tanto públicos como privados, são dispares entre as classes sociais.

Desse modo, a produção do espaço urbano acontece de maneira intencional pelos agentes públicos e privados baseado na reprodução do capital, impulsionando a valorização desigual de áreas da cidade e, conseqüentemente, acentuando a desigualdade socioespacial.

Neste contexto, este artigo apresenta a análise da expansão urbana de Maringá a partir da ótica da produção desigual do espaço urbano, principalmente nas Glebas Ribeirão Morangueiro e Sarandi. Maringá foi fundada em 1947, sob o plano de se tornar um polo regional pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). A estimativa naquela época era que em 50 anos a cidade teria 200 mil habitantes. Entretanto, com 53 anos já possuía aproximadamente 289 mil habitantes.

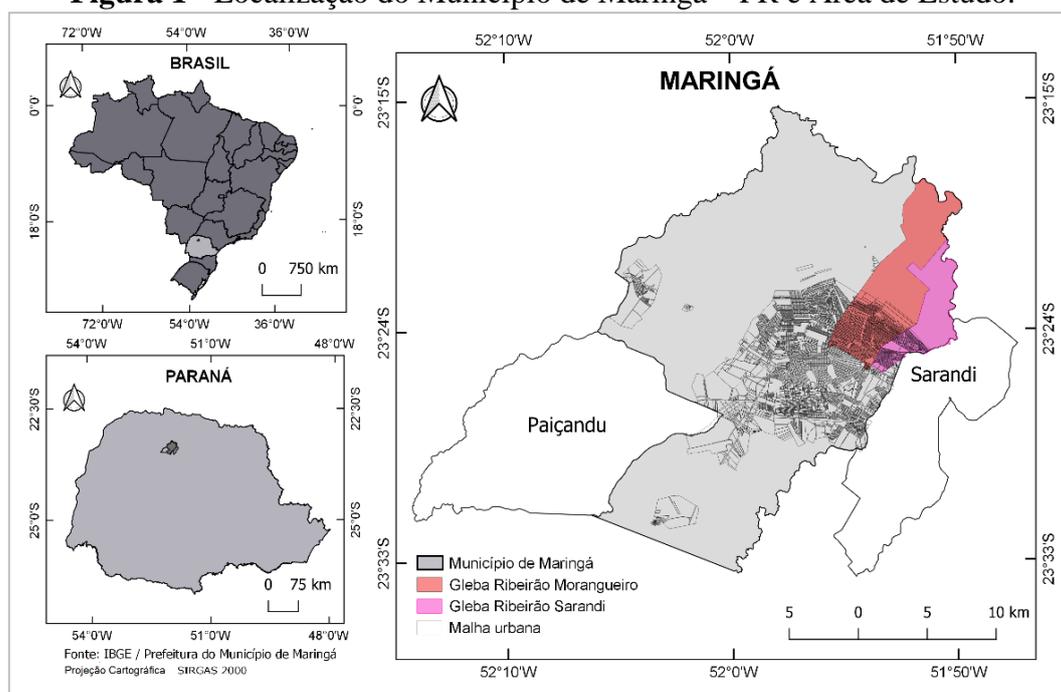
A cidade de Maringá, segundo IBGE (2016), é caracterizada como uma cidade de porte médio, assim como idealizado no plano da CMNP, possui um papel regional importante, exercendo influência em cidades vizinhas, principalmente em Sarandi e Paiçandu que são conurbadas.

Inicialmente, o município de Maringá foi dividido em 15 glebas, essas com a finalidade de regular o parcelamento do solo de áreas não urbanizadas e a partir de desmembramentos, poderiam ser destinadas ao uso e edificação urbana. As Glebas Ribeirão Sarandi e Ribeirão Morangueiro se localizam na porção nordeste da cidade e apresentam uma dinâmica expressiva no processo de expansão urbana da cidade de Maringá.

Atualmente, a área de estudo é classificada com áreas de média e alta exclusão social, de acordo com estudos realizados por Nunes (2016) e pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Sociedade, Ambiente e Geotecnologias-GEPAG a partir dos dados sociais, econômicos e de infraestrutura baseados nos censos do IBGE de 2000 e 2010.

Nesse sentido, o presente artigo apresenta a dinâmica desigual composta pela produção do espaço urbano nas Glebas Ribeirão Sarandi e Ribeirão Morangueiro (Figura 1) da cidade de Maringá, no período das décadas de 1940 até a de 2010, com a finalidade de identificar os impactos decorrentes desses processos sobre a produção do espaço urbano.

Figura 1 - Localização do Município de Maringá – PR e Área de Estudo.



Fonte: Autor (2018).

Procedimentos metodológicos

Para compreender o processo de produção do espaço de Maringá, no período das décadas de 1940 a 2010, utilizou-se os dados da Prefeitura Municipal de Maringá referente ao cadastro de loteamentos da cidade que coincidem com os limites dos bairros, com a finalidade de nortear o entendimento da dinâmica da expansão urbana na área de estudo.

O mapeamento foi realizado a partir do *software* gratuito Qgis versão 2.18.23 (QGIS, 2019), através de uma tabela de atributos contendo os bairros de Maringá associados aos anos de liberação dos mesmos para elaborar uma linha do tempo em relação a expansão urbana da cidade de Maringá. Posteriormente, para identificar a característica de inclusão e exclusão social dos loteamentos, foi realizada a análise associada ao mapa de inclusão/exclusão da cidade de Maringá, elaborado por Nunes (2016).

Para a compreensão da estrutura do planejamento inicial da cidade de Maringá, foi elaborado mapa de declividade, considerando que o sítio urbano é importante nas análises quem envolvem questões de desigualdades socioespaciais.

O processo de expansão urbana

A cidade, considerada por Marques (2005) como ambiente urbano ou artificial, é formada por aglomerações humanas e devem possuir infraestrutura adequada para a população, visando a redução ou contenção dos impactos sociais e ambientais gerados pelas atividades ali presentes.

Nestes espaços, existe uma concentração significativa de pessoas, de modo que precisam ser planejados para atender as necessidades básicas de toda a população. Para que isso aconteça é necessário a garantia de acesso aos serviços públicos e de infraestrutura urbana para todos, o que inclui saneamento básico, praças, áreas de lazer, iluminação pública, entre outros.

De acordo com Santos (2009), o processo de urbanização brasileira, se iniciou a partir do séc. XVIII e se consolidou apenas no século XX. Entre as décadas de 1940 e 1980, ocorreu a inversão da população nacional, a qual anteriormente era em maior parte rural e a partir da década de 1980 passou a ser a majoritariamente urbana. Destaca-se, neste período, a taxa elevada de natalidade e queda da mortalidade, em função de melhorias sanitárias.

A expansão urbana que ocorreu a partir de 1970, desencadeou um grande fluxo populacional para as cidades, um dos fatores que corroboraram para esse movimento foi a modernização da agricultura que, a partir do ano de 1960, parte da população oriunda do campo se fixaram nas periferias urbanas.

Conforme Souza (2011) a cidade é resultado de uma autocriação, este processo ocorre ao longo do tempo. Porém, este espaço não é consolidado de maneira espontânea, mas sim como consequência de ações premeditadas, as quais são expressões das relações de poder no cerne do sistema capitalista. Portanto, o crescimento urbano pode ser compreendido a partir de interesses de agentes sociais.

De modo geral, a expansão urbana está vinculada com algumas variáveis, dentre elas, o adensamento populacional e a produção desigual do espaço. O crescimento demográfico pode ocorrer de duas formas: a partir da migração da população da área rural para a urbana, bem

como, a imigração, decorrente de outras cidades e estados; e pelo mercado imobiliário especulativo atuando majoritariamente no parcelamento da terra.

Segundo Gonçalves (2002), a valorização do espaço ocorre a partir do parcelamento de uma determinada área, seguindo padrões jurídicos autônomos ou independentes e que a partir de loteamentos ou desmembramentos, possua como finalidade a edificação. Já a abertura dos novos mercados e, conseqüentemente, essa valorização acontece através do crescimento diligente de terras urbanas, a qual leva ao aumento na procura de terras rurais para a expansão dos espaços urbanos.

A Lei Federal nº 6.766/79, define que os parcelamentos urbanos possuem a finalidade de formação de novos núcleos populacionais de acordo com os parâmetros indicados nesta lei e do plano diretor do município. No quinto parágrafo do artigo nº 2 desta lei, são exigidos como infraestrutura básica a instalação de loteamentos: sistema de escoamento de águas pluviais; iluminação pública; abastecimento de água potável e rede de esgotamento sanitário, rede de energia elétrica e domiciliar, bem como vias de circulação. Caso os atributos mínimos não sejam atendidos, incidirá na não liberação da área. Quando loteamentos são liberados sem a instalação desta infraestrutura, podem ocorrer problemas sociais e ambientais.

Segundo Lefebvre (2001), dentro da relação centralidade-periferia, as periferias em sua maioria apresentam deficiência na infraestrutura e ao acesso a serviços públicos, não atendendo as necessidades básicas da população, acirrando ainda mais as desigualdades socioespaciais. Para minimizar esta, de acordo com Souza (2011), é necessário gerar condições que melhorem a qualidade de vida da população.

Expansão urbana e desigualdade socioespacial

O processo de expansão urbana é responsável pela incorporação de novos espaços à cidade, esse processo pode aumentar seus limites ou ocupar os vazios urbanos.

A cidade, segundo Santos (2009), se tornou um “polo de pobreza” ou a periferia no polo, que ganha maior complexidade com a chegada da população repelida ou expulsa do campo ou de outras regiões/cidades. As cidades passam pelo processo de crescimento populacional e territorial e através dos interesses dos agentes públicos e privados, associados aos interesses do capital, ocorre a valorização da terra em determinadas áreas. Parte dessa população é afastada para as áreas menos valorizada e que geralmente são carentes de infraestrutura urbana.

Atualmente, esse processo é bastante visível em decorrência do alto valor da terra nas áreas centrais das cidades, e a consolidação de bairros populares nas periferias urbanas, com infraestrutura e acesso a serviços públicos deficitários. Segundo Dantas, Dantas e Dias (2016), é a partir da valorização da terra que as classes sociais com maior poder aquisitivo ocupam os bairros centrais da cidade e condomínios fechados nas porções periféricas. Entretanto, a segregação da população de baixa renda ocorre cada vez mais nas periferias urbanas, mas, ao contrário dos condomínios fechados, são desprovidas de infraestrutura e acesso a serviços.

Para Mendonça (2004), as classes sociais mais afetadas com esse processo acabam sendo impelidas a criar uma ‘cidade informal’, ou seja, que anseia por infraestrutura e acessos básicos, dentro dos limites legais da ‘cidade formal’. Esse processo é também abordado e denominado por Lefebvre (2001) como relação centralidade-periferia, que o urbano periférico não se enquadra somente no conceito do termo, mas também no sentido de estar a margem dos acessos, ou seja, um urbano desurbarnizado, carente de uma realidade urbana.

Nesse sentido, Lefebvre (2001) diz que a população das classes menos privilegiadas, em função dos rearranjos urbanos, são privados da função de “habitar”, que é compreendida como a participação do indivíduo na vida urbana, e passa a cumprir a função de “habbitat”, que se associa mais no sentido de propriedade da terra ao de fazer parte da vida urbana.

Martinuci (2008) relata que os indivíduos ao serem privados de acessos básicos e essenciais, como a saúde, a educação, a justiça, a cultura e religião, são, conseqüentemente, privados de sua vivência plena como cidadãos, culminando na ‘urbanização da pobreza’ (SILVEIRA, 2006), tendo em vista que parte da população que fugia da pobreza rural, em função do desenvolvimento da agricultura, passavam a encontrar a pobreza urbana.

A cidade, é como uma obra, se caracteriza pelos seus valores de uso, ou seja, a vivencia da realidade urbana em si dá espaço em função dos rearranjos urbanos, ao valor de troca (LEFEVRE, 2001).

Desse modo, dentro dos rearranjos no espaço urbano os núcleos, as áreas centrais permanecem com seu valor de uso quase que intactos e a esses se somam os valores de troca, os quais atuam no processo de segregação da população mais vulnerável. “Mas hoje o valor de troca prevalece a tal ponto sobre o uso e o valor de uso que quase suprime este último. Esta noção, portanto, não tem nada de original.” (LEFEVRE, 2001, p.13).

Com relação a especulação imobiliária, Dantas, Dantas e Dias (2016), defende que a valorização das áreas urbanas se consolida normalmente nos bairros mais antigos, esses que no pretérito era acessível economicamente as populações de baixa renda. Atualmente, essas áreas

passam por um processo de valorização, que atua na repulsão da população que ali viviam, gerando um processo de periferização das cidades, “assim, a especulação imobiliária tem sido a principal responsável por esse deslocamento de habitat popular para as periferias” (DANTAS; DANTAS; DIAS, 2016, p.7).

Diante da expansão mais recente do processo urbano, Harvey (2012) alega que a qualidade de vida passou a ser uma mercadoria, assim como o direito à cidade, pois a experiência urbana contemporânea recebe a classificação de liberdade a partir daqueles que detém capital. Tal estrutura dos espaços urbanos, só pode levar a produção, reprodução e acentuação da pobreza e da exclusão social.

A expansão urbana em Maringá - PR

Maringá teve seu desenvolvimento associado a um empreendimento agrícola a partir da cultura cafeeira do oeste do estado de São Paulo e se estendeu para o norte paranaense resultando na formação de várias cidades.

De acordo com a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (2013), as cidades foram fundadas e desenvolveram-se ao longo das ferrovias, isso em função da facilidade no escoamento da produção agrícola.

Maringá foi fundada em 1947 e apresentava uma população essencialmente rural até a década de 1960. (Tabela 1).

Tabela 1 - População do Município de Maringá (1950 a 2010).

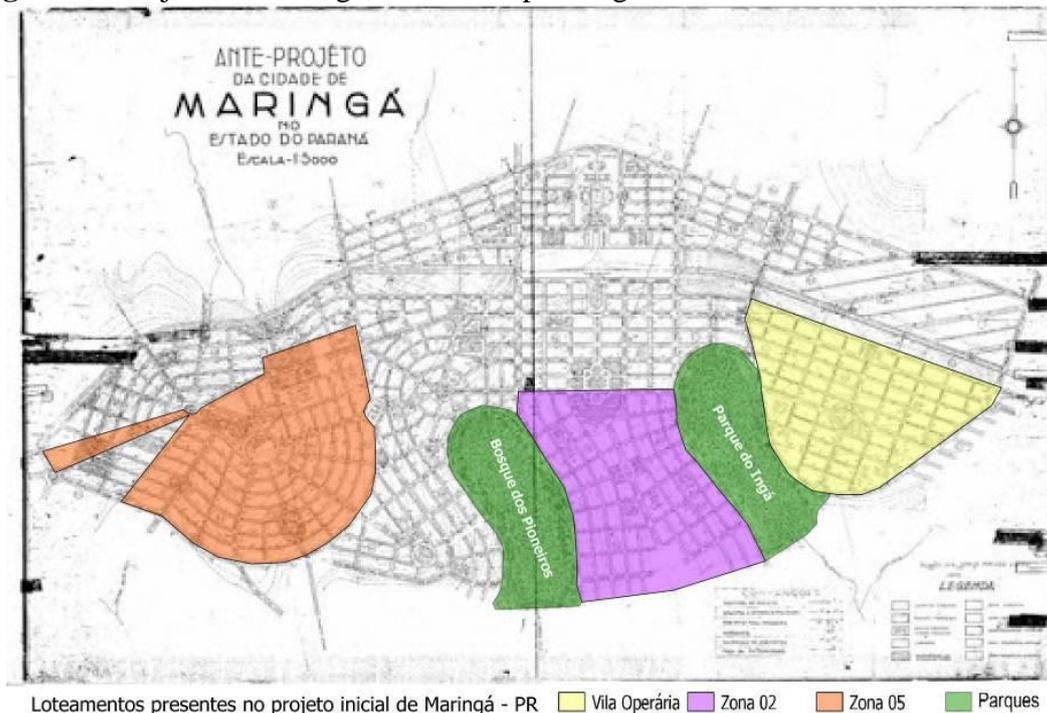
Ano	População rural	% População rural	População urbana	% População urbana	População total
1950	31.318	81,16	7.270	18,84	38.588
1960	56.539	54,3	47.592	45,7	104.131
1970	21.274	17,53	100.100	82,47	121.374
1980	7.550	4,49	160.689	95,51	168.239
1991	5.729	2,58	233.937	97,42	240.135
2000	4.675	1,62	283.978	98,38	288.653
2010	6.424	1,83	350.653	98,20	357.077

Fonte: GARCIA (2006) p. 27 e IBGE (2010); Adaptação: Autor (2018)

Segundo a Prefeitura do Município de Maringá ([s.d.]), a cidade foi planejada em 1943 pelo Engenheiro Jorge Macedo Vieira. Conforme Silva e Berliini (2015), Jorge Macedo Vieira foi um dos precursores na implantação do conceito de cidade-jardim no Brasil, proposto por

Ebenezer Howard e adaptado por Raymond Unwin na Inglaterra. Conforme Rego (2001) a cidade-jardim adaptada por Raymond Unwin condiz com um tipo arquitetônico que trata a individualidade do espaço urbano ressaltando a especificidade do local, a partir de princípios artísticos, onde o centro urbano deve estar bem localizado e alinhado com os principais meios de acesso da mesma e Maringá recebeu essa concepção em seu projeto inicial (Figura 2).

Figura 2 - Projeto de Maringá, Elaborado por Jorge Macedo Vieira na Década de 1940.



Fonte: Acervo do Museu da Bacia do Paraná; Adaptação: Autor (2019).

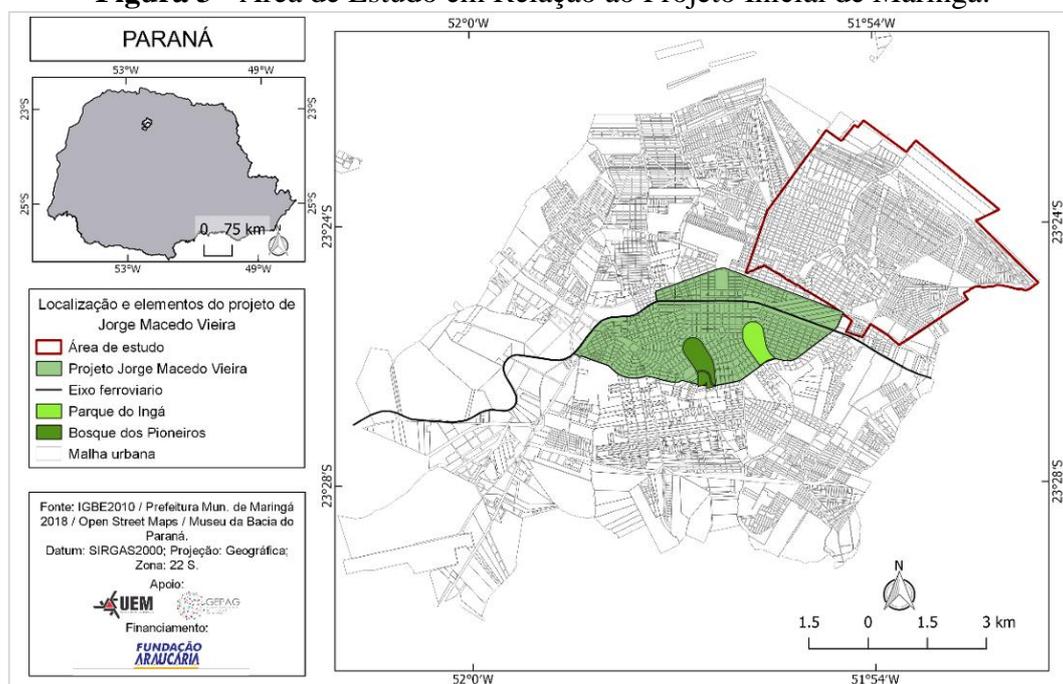
O desenho do traçado urbano da cidade seguiu a rede ferroviária que, por sua vez, corresponde ao interflúvio da cidade, ou seja, ela foi delineada a partir de um divisor de águas, ao norte voltada para a bacia do Rio Pirapó e ao sul para a do Rio Ivaí, sendo assim uma área de infiltração e escoamento, respeitando a ideia de valorização das especificidades do local como assinalado por Raymond Unwin, assim como a utilização de duas nascentes para o delineamento de dois parques centrais (Figura 3).

Segundo Rodrigues (2004), em Maringá, ao contrário do que ocorreu em outras cidades, foi construída uma área para a ocupação dos operários, esses conseguiam adquirir os lotes a partir facilidades, como descontos, adiantamentos de salários, entre outras formas. Inicialmente, a área destinada foi a Vila Operária a leste do Parque do Ingá, foi designada também como área para a ocupação popular o bairro zona 5, o qual se localiza a oeste do Bosque dos Pioneiros. Entre os parques, segundo Rodrigues (2004), foi denominada como Zona 2, e compreende a

área de ocupação destinada a população de renda mais alta, principalmente pela valorização do preço da terra nessa área (Figura 2).

Conforme Rego (2001), o plano inicial de Maringá foi realizado a partir de estudos topográficos, reservando as áreas planas no centro da cidade para a construção do espaço de convivência urbana. Assim o centro urbano foi instalado na porção mais plana da cidade, separado das áreas de ocupação residencial operacional por dois parques urbanos, denominados de Parque do Ingá e Bosque dos Pioneiros (Figura 2 e 3), seguindo o conceito de cidade-jardim. A área central foi destinada principalmente para uso comercial.

Figura 3 - Área de Estudo em Relação ao Projeto Inicial de Maringá.



Fonte: Autor (2020)

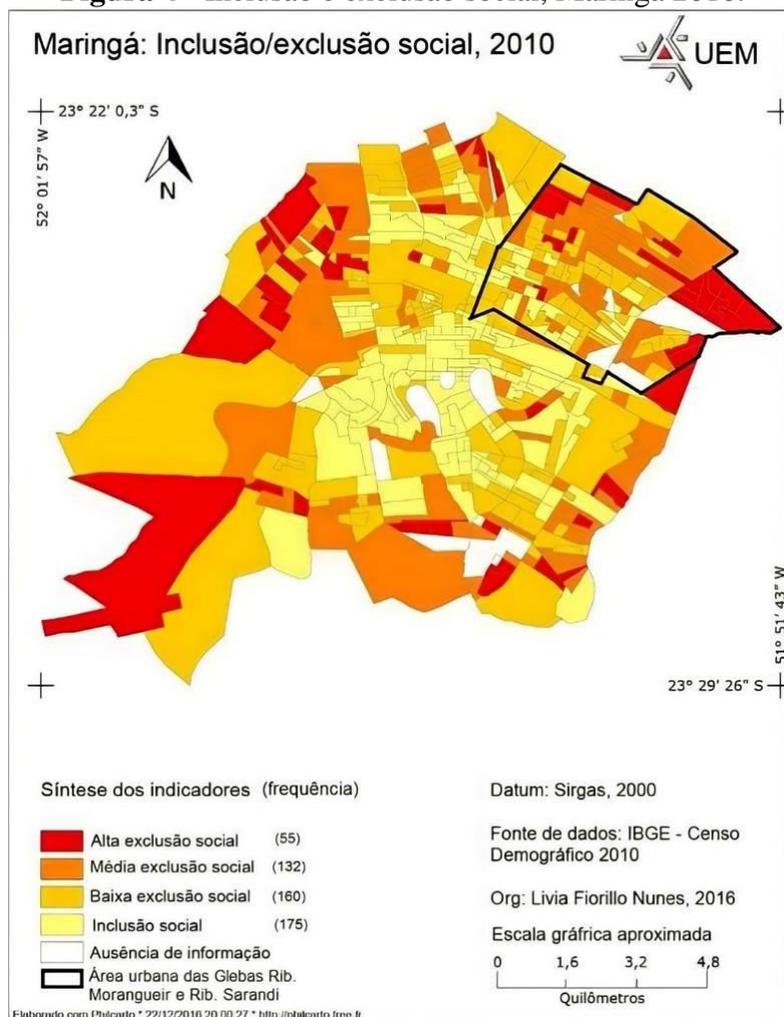
O município foi dividido em 15 glebas, que conforme o artigo nº 4 da Lei municipal complementar nº 889/11, regula o parcelamento do solo, compreende a “área de terra, com localização e delimitação definidas, não resultante de processo regular de parcelamento do solo para fins urbanos”, na Lei federal nº 6.766/79, e na complementar municipal nº 632/11, as glebas são áreas não urbanizadas, que a partir de divisões por loteamento ou desmembramentos são destinados a edificação, ou seja, a urbanização.

A área que compreende as Glebas Ribeirão Morangueiro e Sarandi não fizeram parte do planejamento inicial da cidade. Cabe ressaltar que o plano inicial baseado no modelo de cidade-jardim não teve continuidade considerando os conceitos deste, e o slogan de cidade verde foi

incorporada a partir dos preceitos do modelo de cidade-jardim que foi incorporado na arborização urbana.

A cidade de Maringá apresenta um padrão de desigualdade socioespacial centro-periferia. Isso pode ser visualizado na Figura 4, referente ao mapa de Inclusão-Exclusão Social elaborado por Nunes (2016), de modo que as áreas incluídas socialmente estão mais presentes no núcleo urbano, enquanto, a exclusão social se intensifica nas bordas da cidade.

Figura 4 - Inclusão e exclusão social, Maringá 2010.



Fonte: NUNES, (2016). Adaptado: Autor (2019)

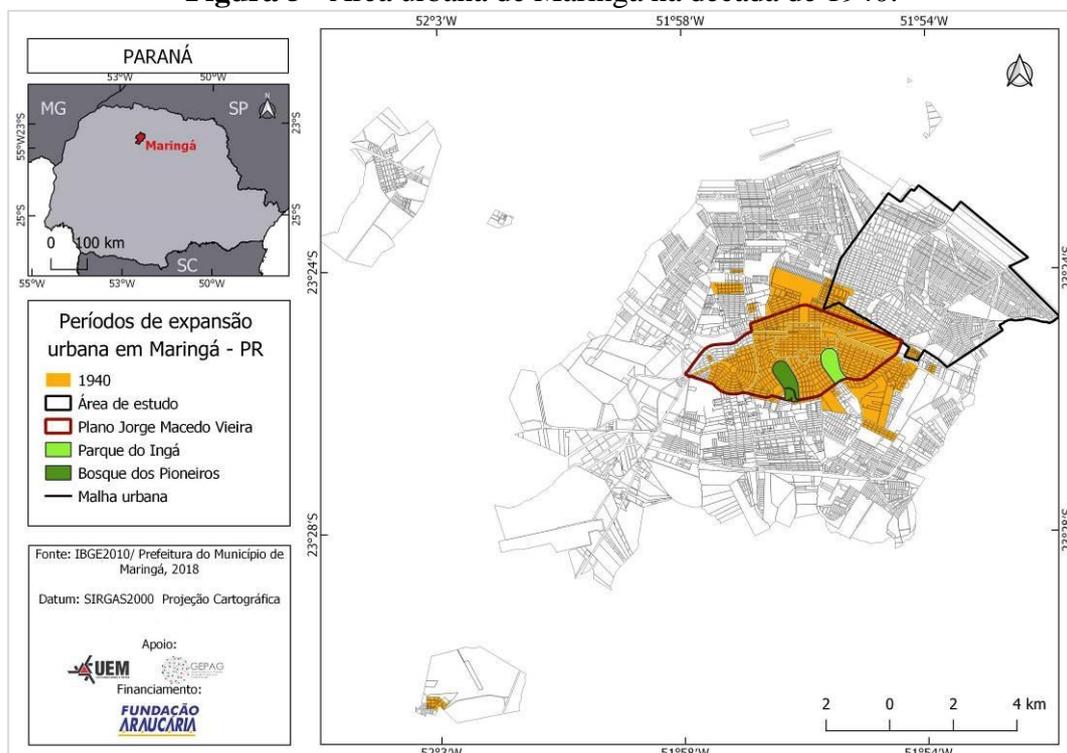
Segundo Nunes (2016), a área que contempla as Glebas Ribeirão Morangueiro e Ribeirão Sarandi é caracterizada por três níveis de exclusão social, variando da baixa, média e alta, sendo as duas últimas mais presentes. A classificação utilizada por Nunes (2016) foi baseada na metodologia proposta pelo CEMESSP (2004), que leva em consideração os seguintes indicadores: ambientais, que se referem a infraestrutura domiciliar que são considerados a quantidade de banheiros nas residências e o acesso a rede de esgotamento

sanitário; demográficos, que compreendem o número de habitantes por domicílio e percentual de chefes de família de 10 à 19 anos; econômicos, considerando o percentual do rendimento por família, como exemplo, renda de até dois salários mínimos, sem rendimento, superior a 20 salários mínimos; e educacionais, na qual foram consideradas a porcentagem de analfabetos por setor censitário, assim como nível de escolaridade dos chefes de família.

A expansão urbana nas Glebas Ribeirão Morangueiro e Ribeirão Sarandi e sua relação com a desigualdade socioespacial em Maringá -PR

Na década de 1940, as áreas da Gleba Ribeirão Morangueiro começaram a ser liberadas para loteamento (Figura 5), e a comercialização para habitação foi iniciada em 1946 pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Até o fim desta mesma década, segundo dados da Prefeitura Municipal de Maringá, foram liberados 20 loteamentos (1943 até 1949), desses uma parte dentro e fora da área do plano inicial desenvolvido por Jorge Macedo Vieira.

Figura 5 - Área urbana de Maringá na década de 1940.

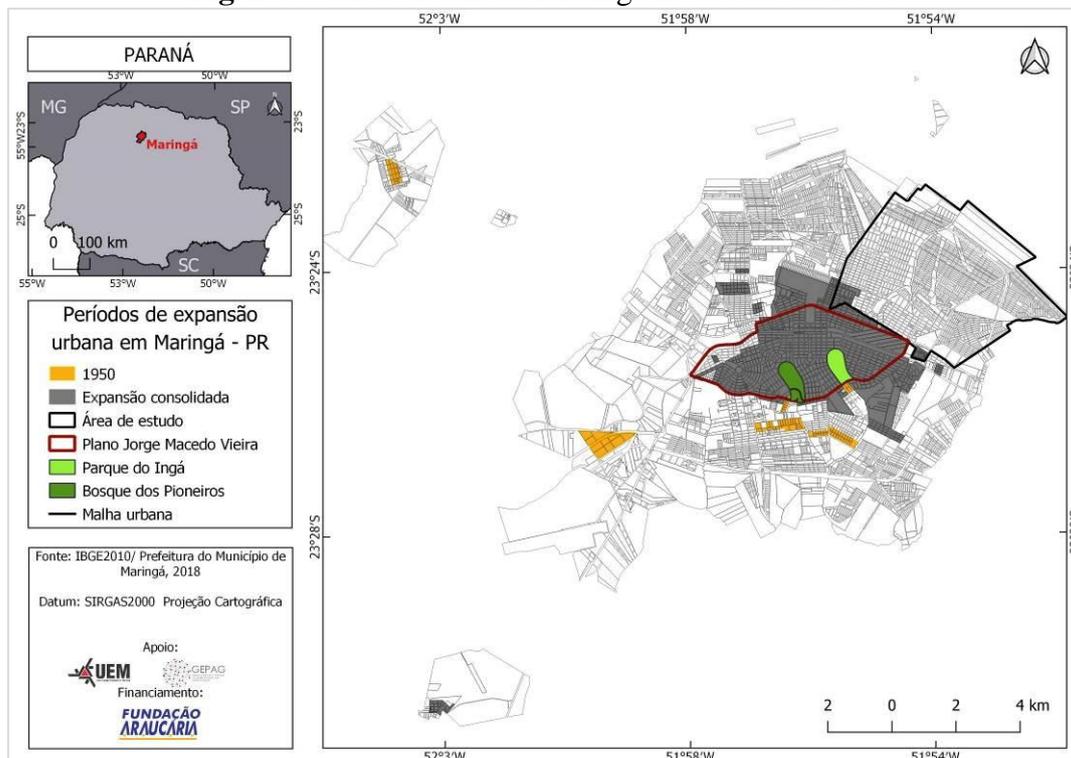


Fonte: Autor (2021)

Na década de 1950, foram incorporados 6 loteamentos em pequenas áreas que se concentraram de na região sul da cidade (Figura 6). O loteamento implantado nas duas glebas

nesse período, corresponde uma área de baixa exclusão social, conforme Nunes (2016) (Figura 4).

Figura 6 - Área urbana de Maringá na década de 1950.



Fonte: Autor (2019)

Na década de 1960, a expansão foi intensificada, em especial na área de estudo (Figura 7). Em decorrência da crise cafeeira em 1929, o Brasil apesar de ter se mantido por décadas como essencialmente agroexportador começa, segundo Priori *et al* (2012), a despontar no setor da industrial que refletiu no cenário agrícola, principalmente em meados da década de 1960 que culminaram com os processos de modernização da agricultura nacional. O Paraná, em decorrência desses processos, passou por problemas a partir do êxodo rural, da falência de pequenos agricultores e do desemprego no campo. Maringá apresentou desenvolvimento associado aos empreendimentos agrícolas, e segundo Garcia (2006) houve um crescimento populacional significativo de 1960³ para 1970⁴, com um aumento de 17 mil habitantes neste período. No ano de 1960 havia quase uma equidade entre o contingente populacional urbano e rural, esse último tinha 54,3% dos habitantes.

³ 104 mil habitantes (GARCIA, 2006).

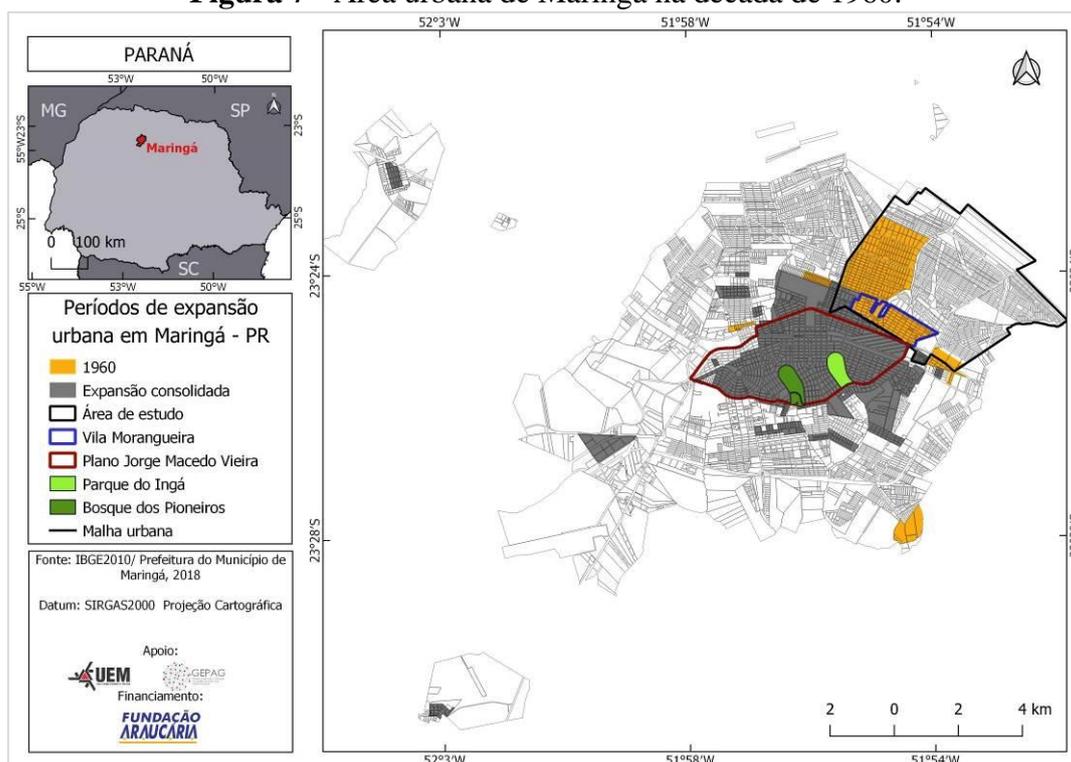
⁴ 121 mil habitantes. (GARCIA, 2006).

Apesar do crescimento populacional presente neste período, foi no ano de 1970 que ocorreu a inversão, sendo que a população urbana passou de 45,7% para 82,4% (Garcia, 2006).

Diante disso, houve uma dinâmica populacional intensa durante a década de 1960 e 1970, a população que antes era em sua maioria rural passou a ser urbana. Essas mudanças se manifestaram também na produção do espaço urbano.

De acordo com Rodrigues (2004), foi em 1960 que ocorreram obras no intuito de caracterizar desenvolvimento urbano, sendo elas de implantação de infraestruturas, como água, esgoto e asfalto, assim como ampliação da área urbana com a finalidade de atender a populações de baixa renda. Entre 1967 e 1969 foram entregues mais de 311 casas para habitação popular pelo programa Companhia Habitacional do Paraná, no bairro Vila Morangueira (Figura 7), caracterizando-o como o primeiro bairro popular fora do plano original elaborado por Jorge Macedo Vieira de 1943.

Figura 7 - Área urbana de Maringá na década de 1960.



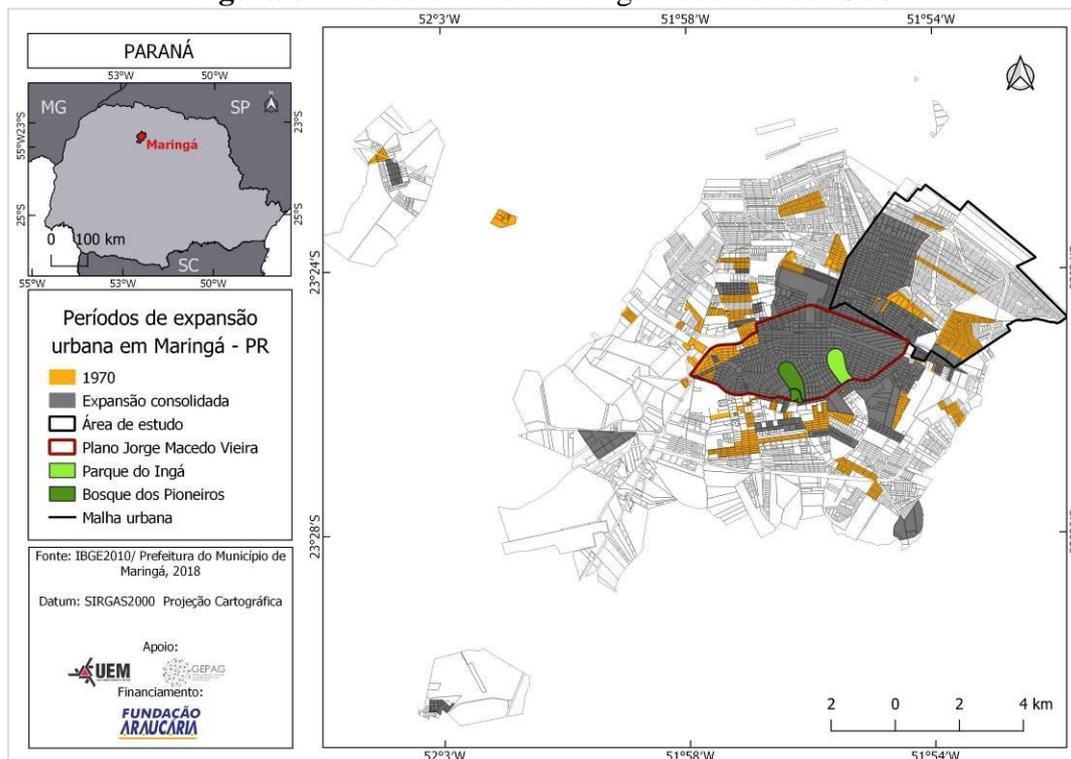
Fonte: Autor (2018)

Além do bairro Vila Morangueira, mais 12 se consolidaram na cidade na década de 1960, 6 desses dentro da área das glebas Ribeirão Morangueiro e Ribeirão Sarandi, conforme Rodrigues (2004), destes, 5 foram destinados a atender a população de baixa renda.

Esses, conforme Nunes (2016), apresentam uma heterogeneidade em relação a inclusão e exclusão social, como exemplo, na Vila Morangueira que primeiramente foi destinada a habitação popular.

A expansão urbana em Maringá na década de 1970 se consolidou amplamente e de maneira dispersa, ao contrário das décadas anteriores que houve uma concentração da ocupação em áreas liberadas pela prefeitura (Figura 8).

Figura 8 - Área urbana de Maringá na década de 1970.



Fonte: Autor (2018)

A produção do espaço urbano, conforme Figueiredo (1997), acontece de maneira premeditada, de modo que a reprodução do espaço acaba sendo a reprodução do capital, assim esse processo se torna resultado de agentes públicos e privados os quais promovem a valorização diferencial do solo urbano.

Desse modo, a ocupação urbana nesse período foi de maneira dissipada e promoveu a formação dos vazios urbanos, que através da especulação imobiliária influenciavam na valorização da terra para a posterior comercialização, intensificando a ocupação das áreas mais periféricas. Conforme Piori (2012), outro fator que impulsionou o aumento populacional neste período, foi a grande geada que ocorreu em 1975 que dizimou diversas lavouras de café do norte e nordeste do estado, inclusive em Maringá, que corroborou para o declínio da produção

cafeeira. Foi nesse período que o crescimento populacional teve um aumento significativo, no qual Maringá adquiriu aproximadamente 47⁵ mil habitantes a mais relacionado ao período anterior (1960), e atingiu 95% da população urbana. A gestão municipal teve que elaborar estratégias para a sistematização da ocupação. Segundo Rodrigues (2004), a medida adotada pela administração foi a criação de diretrizes para delinear o crescimento urbano, dentre elas a continuidade das vias públicas, para que a mobilidade fosse garantida.

Em 1977, com a aprovação do Plano Viário que estabelecia as diretrizes de arruamento e sua efetiva utilização, tornou-se possível que Maringá desenvolvesse grandes eixos de circulação, que oxigenasse suficientemente seu tecido urbano através das grandes avenidas que partem do centro da cidade rumo aos bairros mais longínquos, fluindo sem obstáculos. (RODRIGUES, 2004, p.71)

Nesse período (1970), foram criados 66 novos bairros (Figura 8), desses, 17 localizam-se na área das Glebas Ribeirão Morangueiro e Sarandi, seguindo a mesma lógica da década anterior, alocar a população de baixa renda. Estes, segundo mapeamento realizado por Nunes (2016), atualmente são caracterizados como áreas de média exclusão social.

A partir da década de 1980, o processo de expansão urbana foi menor (Figura 9), apesar do aumento populacional ter continuado, pois de 1980 à 1991⁶, conforme Garcia (2006), com mais de 70 mil habitantes.

Todavia, conforme Rubira (2016), esse período foi marcado pelo início do processo de verticalização da cidade. Apesar do crescimento demográfico maior que na década anterior (1970), a expansão urbana foi menor. Desse modo, poucos loteamentos surgiram nas áreas das Glebas Ribeirão Sarandi e Ribeirão Morangueiro.

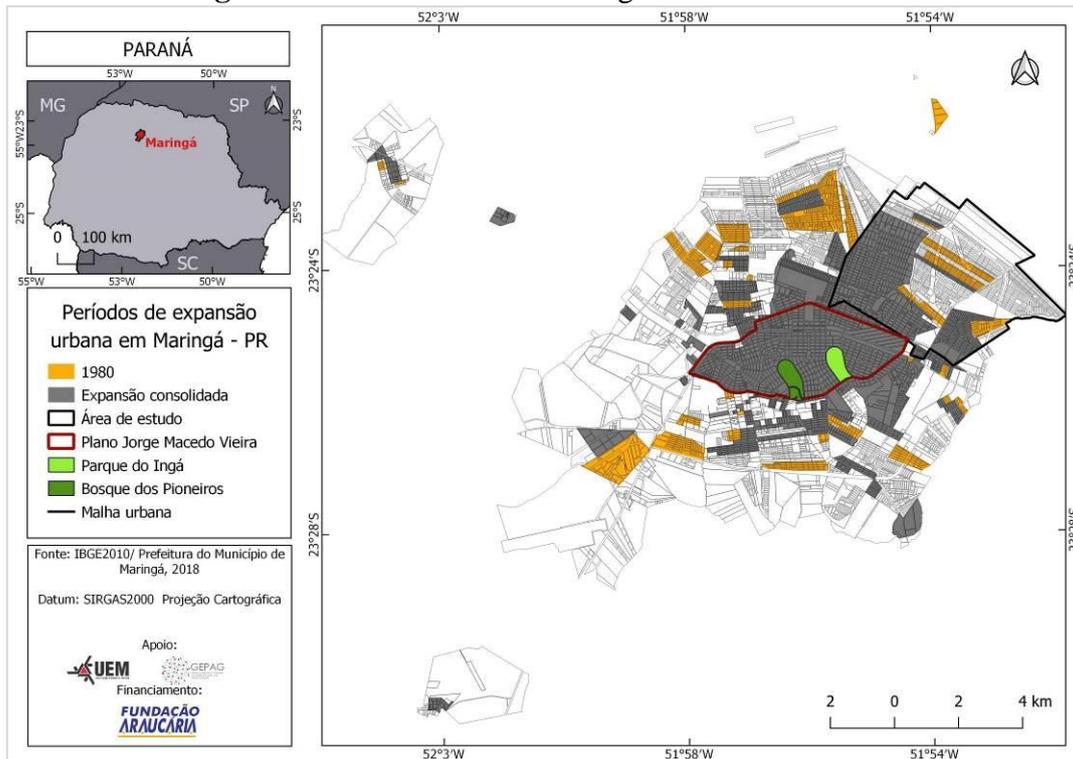
Conforme Rodrigues (2004) e Rubira (2016), é a partir das décadas de 1970 e 1980 (Figuras 8 e 9) que a expansão de Maringá atinge o limite urbano, iniciando o processo de conurbação com as cidades vizinhas, sendo elas Sarandi e Paiçandu.

Durante a década de 1990 a expansão urbana foi marcada em grande parte pela ocupação dos vazios urbanos existentes, década que marca a intensificação da especulação imobiliária. Entretanto, nas glebas Ribeirão Morangueiro e Ribeirão Sarandi, foram 24 novos bairros liberados, sendo 5 caracterizados como conjuntos habitacionais (Conjunto Requião e o Conjunto Guaiapó) (Figura 10).

⁵ Entre 1970 e 1980 o crescimento populacional de Maringá foi de aproximadamente 47 mil habitantes. 1970-121.374 e 1980 – 168.239. (GARCIA, 2006)

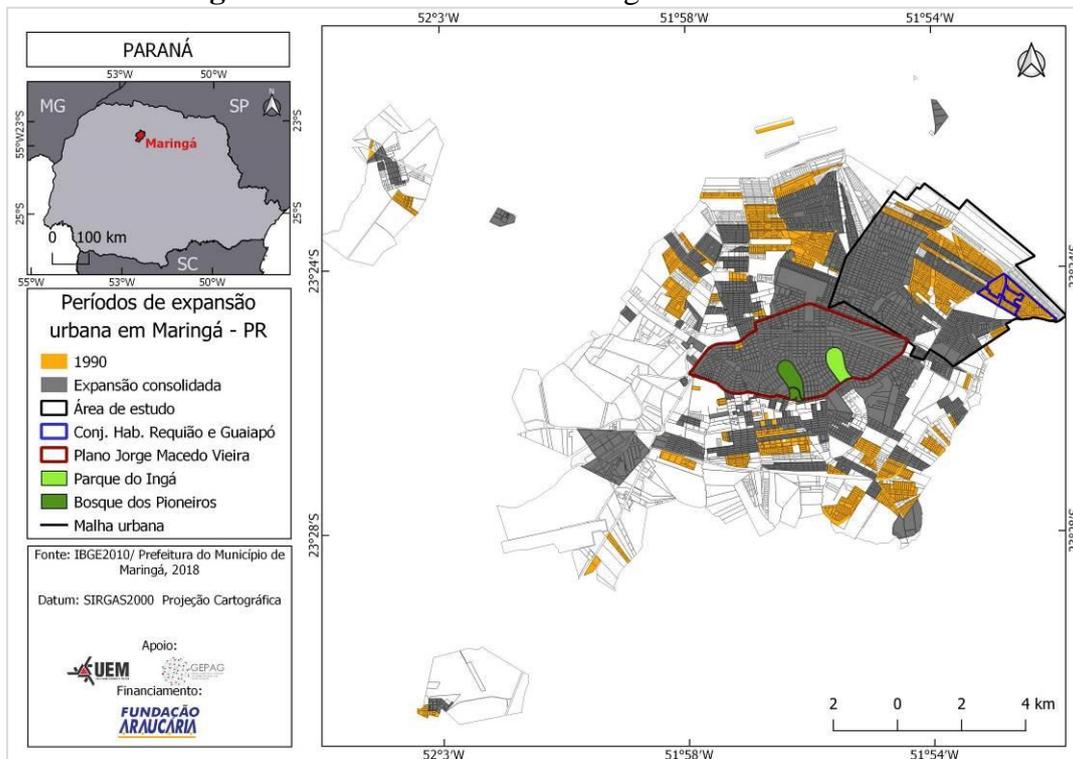
⁶ Dado de 1991, pois foi o ano ocorreu o censo demográfico do IBGE.

Figura 9 – Área urbana de Maringá na década de 1980.



Fonte: Autor (2018)

Figura 10 - Área urbana de Maringá na década de 1990.



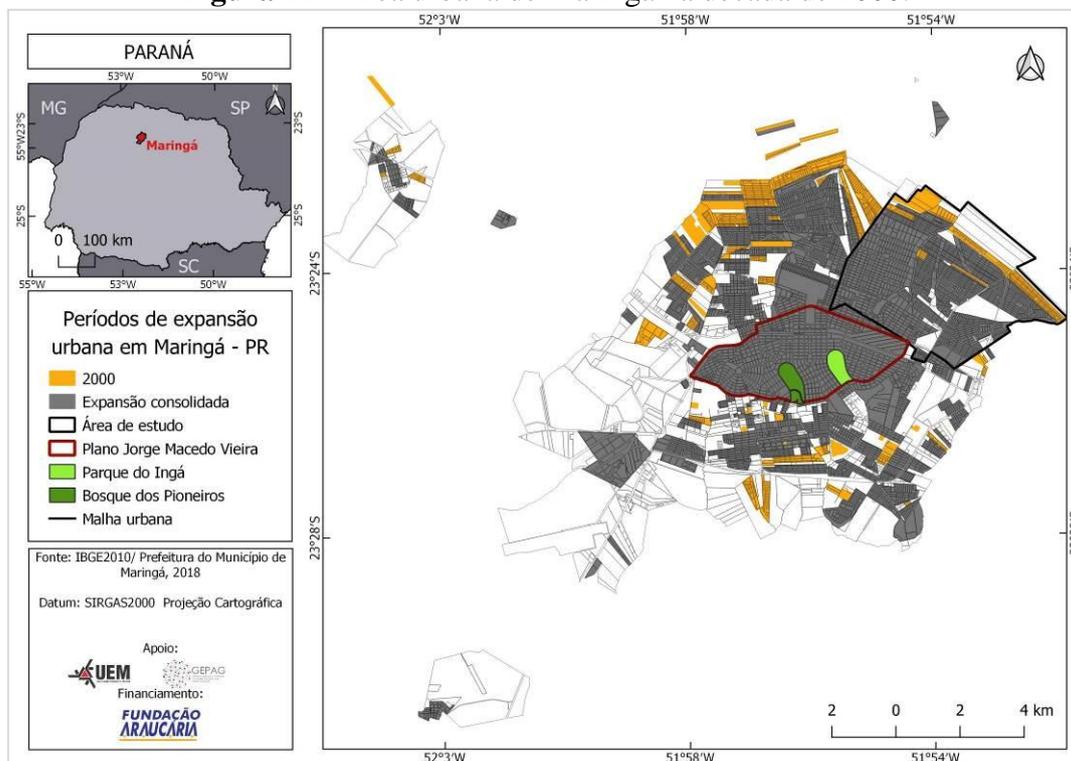
Fonte: Autor (2018)

Desde 1960 é possível afirmar uma tendência: na destinação das áreas das glebas Ribeirão Morangueiro e Ribeirão Sarandi para alocação da população de baixa renda. Desse

modo, é possível observar com base no mapa de inclusão/exclusão de Nunes (2016), que as áreas implantadas nesse período são classificadas em média e alta exclusão social. Os bairros Conjunto Habitacional Requião I, II, III e IV, e o Guaiapó estão classificadas como áreas de alta exclusão social, comprovando a tendência dessas áreas, assim como apresentam deficiências na infraestrutura resultando em desigualdades socioespaciais.

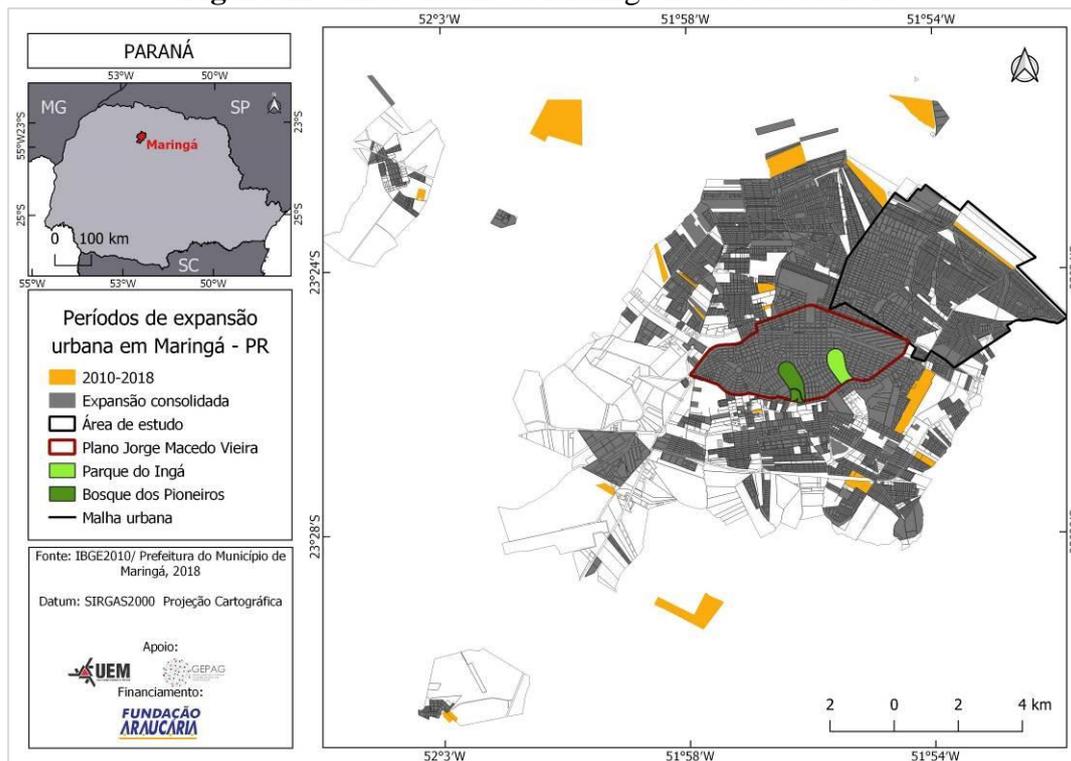
As duas décadas seguintes, 2000 e 2010, apresentaram semelhança na liberação de novos loteamentos, as quais circundam a área consolidada nos anos anteriores e, em alguns casos, preenchendo vazios urbanos (Figuras 11 e 12), o que justifica o alto índice de especulação imobiliária presente na cidade.

Figura 11 - Área urbana de Maringá na década de 2000.



Fonte: Autor (2018)

Figura 12 - Área urbana de Maringá na década de 2010.



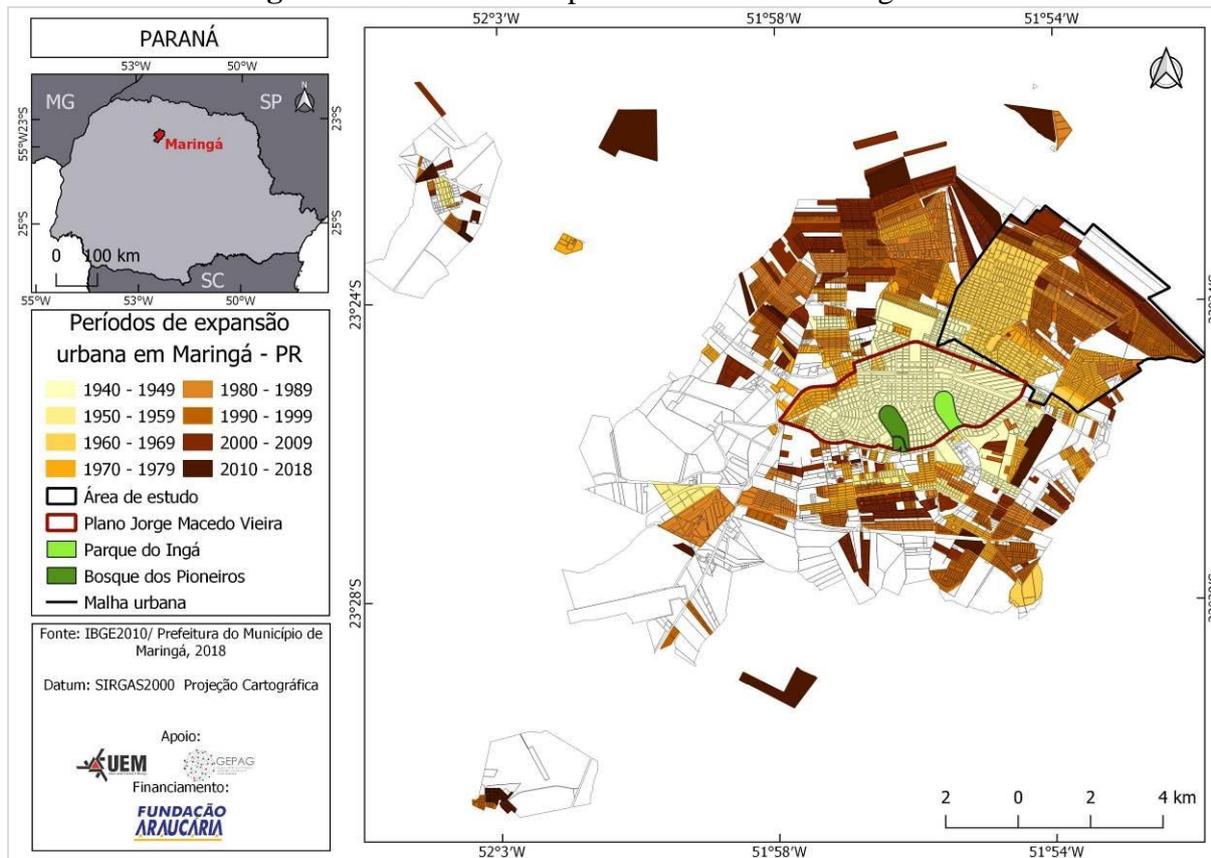
Fonte: Autor (2018)

A expansão urbana nos períodos correspondentes às décadas de 2000 e 2010 não foram tão expressivas para a área das glebas Ribeirão Morangueiro e Ribeirão Sarandi.

A expansão urbana da cidade se consolidou de maneira irregular (Figura 13), esse processo dentro da área das glebas Ribeirão Morangueiro e Ribeirão Sarandi resultou de processos de segregação, marcado pela criação de bairros voltados a alojar a população de baixa renda.

Nesse sentido, a produção desigual do espaço urbano da cidade de Maringá é marcada por uma grande valorização da terra, porém, com acessos distintos onde a porção central se beneficia de um posicionamento privilegiado com a oferta de inúmeros serviços, sendo majoritariamente áreas incluídas socialmente, enquanto os bairros periféricos sofrem pela ausência de acesso a serviços e infraestrutura urbana, com altos índices de exclusão social.

Figura 13 - Síntese da expansão urbana de Maringá – PR.



Considerações finais

O processo de expansão urbana na cidade de Maringá se consolidou principalmente, após as décadas de 1960 e 1970, motivadas principalmente pela intensificação do processo de êxodo rural em resposta as políticas de incentivo a modernização da agricultura, assim como pela grande geada de 1975. No entanto, a partir desta pesquisa foi possível identificar que o processo de produção do espaço urbano da cidade ocorreu de maneira desigual, compondo um padrão de desigualdade socioespacial, a partir do qual a relação centralidade-periferia, sendo que a periferia possui ausência de infraestrutura e serviços básicos caracterizando inúmeras áreas de exclusão social.

A análise presente neste artigo apontou que as glebas Ribeirão Morangueiro e Sarandi que se localizam na periferia urbana da cidade de Maringá, foram atingidas por esse processo. A expansão urbana foi consolidada através de um processo de segregação socioespacial, de modo que as análises apontaram que as áreas foram destinadas a alocação da população de

baixa renda, em um primeiro momento com a implantação da Vila Morangueira entre 1967 e 1969 com 311 casas de habitação popular, e na década de 1990 outros bairros também surgiram com o mesmo intuito, sendo esses o Conjunto Habitacional Requião em suas 4 etapas e o Conjunto habitacional Guaiapó.

Nesse sentido, pode-se concluir que a produção do espaço urbano na cidade de Maringá aconteceu de maneira segregacionista o que pode ser constatado desde seu plano inicial, no qual as classes sociais menos favorecidas ocupam áreas periféricas do então núcleo central, sem infraestrutura adequada para a população. As duas glebas que compõem a área de estudo apresentada neste artigo, se diferem de maneira bastante acentuada com relação a outras áreas da cidade, e a partir desta análise e de outros estudos, como de Nunes (2016), classificadas como áreas de exclusão social, reforçando a desigualdade socioespacial existente na cidade.

Referências

CENTRO DE ESTUDOS E MAPEAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS (Presidente Prudente). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". **ATLAS EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NO INTERIOR PAULISTA 2000 - 2010**. Presidente Prudente: Unesp, 2004.

COMPANHIA MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. 3. ed. 2013. 254 p. Disponível em: <http://www.cmnp.com.br/melhoramentos/50anos-cmnp/files/CMNP.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2022.

CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. A formação urbanística do engenheiro Jorge de Macedo Vieira e o plano inicial de Maringá, PR. **Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 178, 6 nov. 2013.

DANTAS, F. D. M.; DANTAS, L. D. M.; DIAS, L. S. O. F.. **O impacto da expansão urbana para o meio ambiente**. V congresso em desenvolvimento social: estado, meio ambiente e desenvolvimento. 2016, p. 5-12.

FIGUEIREDO, L. C. A espacialização de Maringá e o conjunto Sarandi e Marialva. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1997, 275 p. Dissertação de Mestrado em Geografia.

GARCIA, J. C. **Maringá Verde? O desafio ambiental da gestão das cidades**. Maringá: Eduem, 2006. 374 p.

GONÇALVES, J. C. A especulação imobiliária na formação de loteamentos urbanos: um estudo de caso. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002, 152 p. Dissertação de Mestrado em Economia.

HARVEY, D. **O direito a cidade**. Tradução por: PINHEIRO, J. Lutas sociais: São Paulo, n. 29, 2012, p. 73-89.

LEFEBVRE, H. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARTINUCI, O. da S. Circuitos e modelos da desigualdade social intra-urbana. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008, 146 p. Dissertação de Mestrado em Geografia.

MARQUES, J. R. **Meio ambiente urbano**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, ed. 1, 2005.

MENDONÇA, F. Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: Curitiba, n. 10, p. 139-148, jul./dez. 2004.

NUNES, L. F. Mapeamento da inclusão/exclusão social da cidade de Maringá-PR. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia.

MARINGÁ. PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. **Histórico do Município**. s.d.. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/turismo/?cod=nossa-cidade/2>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PRIORI, A., *et al.* A modernização do campo e o êxodo rural. In: PRIORI, A., *et al.* **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. p. 115-127. ISBN 978-85-7628-587-8

QGIS Development Team (2019). **QGIS Geographic Information System**. Open Source Geospatial Foundation Project. Disponível em: <<http://qgis.osgeo.org>>. Acesso em: 16 set. 2019.

REGO, R. L. O desenho urbano de Maringá e a idéia de cidade-jardim. Maringá: **Acta Scientiarum**, v. 23, n. 6, p. 1569-1577, 2001.

RODRIGUES, A. L. Características do processo de urbanização de Maringá – PR: uma cidade de “porte médio”. **Cadernos Metrópole**, N. 12, p. 95-121, 2º sem. 2004.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, ed. 5, 2009, 176 p.

SILVA, F. C.; BERNINI, C. S. N. O acervo pessoal do urbanista Jorge de Macedo Vieira: a importância da preservação do patrimônio documental. Ourinhos: **Revista Geografia e Pesquisa**, v. 9, n. 2, p. 5-13, 2015

SILVEIRA, M. L. Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil? Um panorama da riqueza e da pobreza brasileira. In: ALBUQUERQUE, E. S. de. (Org.). **Que País é esse? Pensando o Brasil contemporâneo**. São Paulo: Globo, 2006 p. 151

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, ed. 8, 2011, 560

Artigo recebido em 06-04-2022
Artigo aceito para publicação em 20-01-2023